

CHAPADA DIAMANTINA ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A PRESERVAÇÃO

Francisco Emanuel Matos Brito*

A Chapada Diamantina é composta por 33 municípios distribuídos numa superfície de 42 mil km² e uma população aproximada de 500 mil habitantes.

A história e a formação econômica desta região está intimamente associada à exploração dilapidadora dos seus recursos naturais, e à ocorrência de significativos fluxos migratórios intra e extra-estaduais formados por bandeirantes, garimpeiros e fazendeiros de variadas origens que vieram para a Chapada atraídos por esta atividade. O ciclo do ouro teve início no século XVIII a partir das descobertas auríferas nos rios Itapicuru, de Contas e Paramirim, estendendo-se pela margem esquerda do rio São Francisco, sendo eles responsáveis pela atração de intenso fluxo migratório da própria Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, além da fundação e remanejamento de numerosas vilas, criação de Casas de Fundição, desmembramentos de freguesias, etc. O ciclo do diamante, iniciado em meados do século XIX, foi responsável pelo surgimento de uma nova leva de assentamentos humanos na região e pela extensão da lavra de Mucugê para o sul, atingindo o vale do rio de Contas, dando novo alento a vilas como Barra da Estiva e Rio de Contas, e para o norte, criando novas povoações como Xique-Xique (Igatú), Andaraí e Lençóis até atingir Morro do Chapéu, definindo-se os contornos da região que passou a ser conhecida como Chapada Diamantina.

Após um período de quase um quarto de século, mas que foi suficiente para propiciar uma nova organização espacial na Chapada Diamantina, o ciclo do diamante entra em declínio, fazendo com que a região passe a viver uma fase de estagna-

ção econômica.

A crise da mineração e a consequente emigração da população regional levou a Chapada Diamantina a experimentar um processo de significativa perda populacional nas suas cidades e vilas, processo este que atingiu o seu auge nos anos 50 prosseguindo até os anos 60/70 nos quais observa-se que este processo de perdas demográficas "deve-se não apenas à emigração rural, mas também a perdas de população urbana a exemplo das cidades de Andaraí, Lençóis, Mucugê, Piatã e Ibicoara que apresentaram taxas negativas de crescimento" (Souza, 1982).

Tal fato contribuiu, em parte, para explicar o excepcional estado de preservação do meio físico e das habitações da região.

Assim, a antiga agricultura que abastecia as "populações mineradoras" passa então à subsistência, preservando, em algumas áreas, antigas técnicas de regadio e produção artesanal de derivados da cana-de-açúcar, constituindo-se, portanto, na principal atividade econômica da mão-de-obra que permaneceu na região.

AS TRANSFORMAÇÕES NA REGIÃO

No decorrer dos anos 70, a Chapada Diamantina passa a ser alvo da intervenção estatal traduzida na construção das rodovias federais BR-116 e, principalmente, da BR-242, que liga a Bahia ao Centro-Oeste. Como parte de um programa mais amplo de modernização da agricultura posto em prática em escala nacional, observa-se, neste período, a implantação da cultura cafeeira, estímulo à pecuária e a

implementação de programas especiais de apoio ao pequeno produtor.

Ao longo de duas décadas de presença na região, a cafeicultura ocasionou uma série de transformações relacionadas à ampliação do processo de concentração da terra com a expansão desta cultura sobre áreas de matas derrubadas para tal fim e áreas de pequena produção, voltadas para produtos de subsistência (feijão, milho, mandioca, etc.), processo este auxiliado algumas vezes por casos de "grilagem".

Atualmente, a cultura cafeeira vem empregando um contingente superior a 30 mil trabalhadores assalariados temporários (bóias-frias) que emigram dos municípios vizinhos para trabalharem na colheita do produto, durante o período de junho a agosto, contribuindo desta forma para atenuar os efeitos da seca nos locais de origem.

As precárias condições de trabalho enfrentadas pelos assalariados do café juntamente com o flagrante descumprimento da legislação trabalhista fez com que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Bonito, através da FETAG-Federação dos Trabalhadores na Agricultura, denunciasse ao Ministério do Trabalho a situação salarial, as condições em que ocorre o trabalho do menor e a necessidade de assinatura das carteiras de trabalho por parte dos empregadores.

No tocante ao trabalho do menor - como ainda parece distante a chegada à região de um programa governamental de combate ao trabalho infantil que desestimule os pais a retirar os filhos da escola para colocá-los na colheita do café e a inexistência de uma creche municipal para as mães deixarem as crianças no

período do trabalho - o Sindicato propôs que as crianças trabalhassem juntamente com os pais buscando evitar que estes menores se expusessem ao ataque de cobras e ao mesmo tempo fazer com que elas colham o café de áreas mais baixas deixando aos pais a colheita nas partes mais altas, reduzindo assim a incidência de casos de crianças com hérnia.

Com referência à questão salarial, da colheita de 95 para a de 96 houve uma redução de 50 % com o preço da lata colhida caindo de R\$ 1,00 para 0,50. Durante a campanha salarial foi proposto o pagamento de um piso salarial sobre 3 latas colhidas de café (R\$ 1,50) mais a produção catada.

Os empresários do café colocaram que a assinatura das carteiras e os encargos decorrentes do vínculo empregatício tornam muito oneroso o custeio da mão-de-obra. Muitos deles não concordaram que os filhos trabalhem com os pais e, em resposta à proposta de negociação salarial, passaram a demitir os trabalhadores numa clara tentativa de fazer com que eles fi-

quem contra a diretoria do Sindicato.

Os referidos investimentos governamentais efetuados na Chapada Diamantina também criaram as condições para a atração de outras atividades produtivas modernas, além da cafeicultura, a exemplo da introdução recente da horticultura e fruticultura irrigadas, da mineração em escala industrial, e para a redinamização da atividade turística.

Dentro desta linha de modernização da agricultura regional, vale registrar o papel de destaque que começa a ocupar a fruticultura regional presente nos municípios de Bonito, Utinga, Seabra e Lençóis, na produção irrigada de morango, uva, laranja, limão tahiti, tangerina, pêssego, figo, goiaba, caqui, entre outros.

No tocante à horticultura irrigada, os municípios de Mucugê e, principalmente, de Ibicoara vêm se especializando no cultivo de batata inglesa e os municípios de Bonito, Utinga, Seabra, Iraquara e Lençóis produzem os cultivos de milho verde, tomate, pimentão, repolho, couve, quiabo.

Com respeito à atividade turística, de caráter ecológico, encontra-se nesta região o mais belo cenário paisagístico montanhoso da Bahia que, juntamente com a riqueza arquitetônica das cidades históricas, constitui-se em elemento de valor singular, atraindo contingentes cada vez maiores de turistas e, por consequência, provocando a dinamização da economia regional, materializada não somente no setor de hospedagem, como também no abastecimento de gêneros alimentícios e bebidas, nos serviços de transporte, guias turísticos, no artesanato e no lazer em geral.

Ao lado do surto recente de modernização tardia, observa-se a presença, em toda a região, de pequenas unidades de produção nas quais a mão-de-obra familiar se ocupa com os cultivos de subsistência a exemplo do milho, feijão, mandioca e arroz, em alguns municípios, aliados a alguma cultura comercial (café, mamona, cana-de-açúcar, algodão, alho, etc.) e com a criação de aves, caprinos, ovinos e alguns bovinos.

Foto: Arquivo CEM



Considerando-se o tamanho insuficiente destas propriedades para possibilitar a sobrevivência da unidade familiar, muitos dos seus membros são levados a arrendar terras, a migrar para outros municípios da própria região para trabalhar na tarefa de roçagem de pasto, colheita do café, do feijão, e, em menor número, nos cultivos irrigados introduzidos recentemente. Assim, as injunções da pobreza forçam os pobres a sobreviver precariamente dos recursos da terra e de seu meio ambiente.

Dado que o modelo de desenvolvimento em nível global e regional é desigual e combinado, a Chapada Diamantina logicamente apresenta patologias sociais. Os dados do IBGE (1991) revelam que 69% da população possui chefes de família percebendo no máximo um salário mínimo, residentes fundamentalmente no campo. Nesta condição de quase cidadãos, o acesso e os padrões de consumo de bens e serviços sociais são insustentáveis: 44% de analfabetos; 1/3 de docentes leigos; 42% dos domicílios urbanos e 92% dos domicílios rurais sem canalização de água; 96,7% dos domicílios urbanos e 99,7% dos domicílios rurais sem instalação de esgotamento sanitário; 0,20 médico/1.000 habitantes; 0,06 dentista/1.000 habitantes.

MIGRAÇÃO, MEIO AMBIENTE E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Nos períodos de seca, onde as alternativas de trabalho na Chapada Diamantina tornam-se praticamente inexistentes, observa-se um aumento significativo no fluxo migratório dos mais jovens para outras regiões do estado para trabalharem na colheita da soja, em Barreiras, na horticultura irrigada de América Dourada e Irecê e na colheita do algodão, no município de Guanambi.

Neste período, onde a perda da produção agrícola é uma constante, também ocorre o crescimento do número de trabalhadores migrantes que se destinam com frequência, em linhas regulares de ônibus, a outros estados do país principalmente para São Paulo onde trabalham em bares e restaurantes, como vigias, na construção

civil, no emprego doméstico e no corte da cana no interior do estado (Sertãozinho). Além de São Paulo, ocorrem deslocamentos de migrantes da Chapada Diamantina para trabalhar nas usinas de açúcar no interior do Paraná, na tarefa de roçagem de pasto e derrubada de madeira para as serrarias no estado de Goiás, e em direção ao Mato Grosso para trabalhar na roçagem de pasto e colheita da cana de açúcar.

Nestas áreas o migrante da Chapada irá lutar por um emprego que exige pouca qualificação e que paga baixos salários, reduzindo assim a quantidade de recursos destinados ao sustento da família que ficou na região. Como se isso não bastasse, os efeitos do progresso técnico sobre algumas etapas do processo produtivo na agricultura, dentre elas a colheita mecanizada da cana de açúcar, vêm reduzindo significativamente as oportunidades de emprego a estes trabalhadores.

A luta pela sobrevivência na Chapada vem acarretando fortes impactos sobre o meio ambiente levando boa parte da população regional a explorar com mais intensidade os recursos naturais ocasionando os mais variados problemas ambientais.

Assim observa-se o processo de degradação da cobertura vegetal (caatinga) provocado pelo desmatamento e pelas constantes queimadas, praticadas pelos pequenos produtores para a formação do roçado, pelos fazendeiros (que soltam os animais para pastoreio nas serras e queimam as pastagens para a posterior rebrota), pelos grandes e pequenos irrigantes, pelos garimpeiros, caçadores e pelos produtores de carvão vegetal. Os desmatamentos e queimadas acarretam a redução significativa da diversidade biológica, com a perda de espécies vegetais e animais, deixam o solo desprotegido e sujeito à ação da erosão.

A produção de carvão vegetal, outro exemplo de depredação da vegetação nativa, integra o elenco das alternativas de sobrevivência da população e ocorre de forma ilegal em vários municípios da Chapada. A comercialização do produto é monopolizada por três grandes fornecedores que produzem uma pequena quantidade e adquirem a maior parte da produção (a preços baixos) junto aos pequenos produtores clandestinos de carvão destinando-a às siderúrgicas baianas e mineiras.

Com respeito à atividade irrigada observa-se o fluxo migratório intra-regional de produtores de municípios vizinhos (Seabra, Boninal) que buscam a complementação da subsistência através do arrendamento de áreas irrigadas para o cultivo do tomate no município de Iraquara. Ocorre que estas áreas, localizadas no interior do futuro Parque Espeleológico de Iraquara, rico pelas suas mais de 70 cavernas, são submetidas ao manejo inadequado empregado na irrigação através da utilização de valas por onde se movimenta uma grande quantidade de água que se infiltra (percolação) no solo desmatado, atingindo as cavernas e acarretando o tingimento dos espeleotemas.

O manejo inadequado da água ocorre mais intensamente na agricultura irrigada de caráter empresarial com a utilização de pivôs centrais e equipamentos de menor porte sem que haja um controle adequado do uso da água provocando situações de conflito, nas bacias dos rios Paraguaçu, Contas e Paramirim, em relação ao uso deste recurso na própria irrigação, para consumo humano e para a produção de energia.

Observa-se também na Chapada Diamantina, o uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente nos cultivos irrigados de tomate, batatinha, pimentão e repolho. O saldo deste processo traduz-se nos registros de intoxicação e morte de trabalhadores, contaminação dos solos e dos cursos d'água.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento regional, a irrigação caracteriza-se pelos impactos negativos ao meio ambiente e pelo baixo emprego da mão-de-obra, utilizada por períodos curtos e nos momentos de "pique" (plantio e colheita).

Para completar o quadro de problemas ambientais pode-se afirmar que nem mesmo as três Unidades de Conservação (Parque Nacional da Chapada Diamantina, Área de Proteção Ambiental - APA Maribus - Iraquara e Área de Proteção Ambiental - APA Serra do Barbado), criadas na região justamente para garantir a preservação dos recursos naturais, ficaram imunes à ação antrópica.

Embora deva sua criação à mobilização dos grupos ambientalistas, das forças polí-



Foto: Celita Maccari

ticas regionais e estaduais em torno da preservação de sua área, o Parque Nacional da Chapada Diamantina ainda sofre uma série de agressões ambientais ocasionadas pelas mais variadas atividades econômicas tais como: desmatamentos, queimadas, utilização do pasto nativo por 4.000 cabeças de gado, caça ilegal de animais silvestres, retirada de plantas nativas (orquídeas, sempre-vivas, samambaias), uso indiscriminado de agrotóxicos por parte de grandes projetos irrigados de hortícolas e de café instalados nos mananciais dos cursos d'água do rio Paraguaçu. Os posseiros e roceiros também são responsáveis pelo desmatamento de grandes áreas de florestas nativas para o plantio de cultivos de subsistência, além de praticarem a caça e o garimpo eventual.

A demora na regulamentação do Parque, que já dura 11 anos, vem ensejando uma crescente especulação imobiliária em diversos trechos de sua área.

Vale salientar os estragos causados pela ação do garimpo mecanizado na área do Parque, através da abertura de crateras estéreis nos leitos dos rios com o consequente desvio e assoreamento dos cursos d'água e devastação da vegetação.

Diante da iminência de invasão de novas áreas do Parque para a exploração de diamantes, da incompatibilidade entre o cenário de terra arrasada deixado pelo garimpo em relação ao mínimo de preservação ambiental requerido pelo ecoturismo e da pressão de segmentos ligados à defesa do meio ambiente e ao setor turístico, o governo estadual, numa operação conjunta com o governo federal, decidiu embargar esta atividade por tempo indeterminado.

O saldo aproximado desta operação deixou 1.000 desempregados e repercutiu diretamente na queda das vendas experimentada pelo comércio dos municípios de Lençóis, Palmeiras e Andaraí. Diante do

problema, o governo estadual comprometeu-se com o fornecimento mensal de uma determinada quantidade de cestas básicas, com a criação de frentes de trabalho para aproveitamento da mão-de-obra desempregada na recuperação da estrada Lençóis - Andaraí e com a abertura de vagas para o trabalho de pintura do casario do município de Lençóis.

O cumprimento de uma pequena parcela dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado, colocou os garimpeiros numa situação de penúria, que sem emprego e sem condições de saldar as dívidas contraídas antes do fechamento da atividade, foram levados a se juntar aos patrões na tentativa de reabertura dos garimpos, como forma de obterem alguma alternativa de sobrevivência.

REFLEXÕES PRELIMINARES

A preservação ambiental e a melhoria das condições de vida passaram a integrar a cesta básica de necessidades dos espaços regionais e estão exigindo uma efetiva ação do estado juntamente com a participação da sociedade civil da Chapada Diamantina para impedir ou até mesmo atenuar a intensidade do fluxo migratório e a forma predatória como o meio ambiente ainda vem sendo tratado.

Para tanto faz-se necessário um esforço significativo com vistas a superação da "mentalidade garimpeira" presente na região desde o período colonial e associada diretamente à dilapidação dos seus recursos naturais.

A colocação em prática de um efetivo processo de educação ambiental é de fundamental importância, mas não terá sentido se não vier acompanhada de providências que se traduzam na melhoria da infraestrutura social, das condições de vida, na capacitação e criação de oportunidades de emprego nas novas atividades econômicas, permitindo assim que boa parte da população permaneça na região.

Para tanto, os órgãos representativos dos trabalhadores poderão reivindicar junto ao governo federal, estadual e prefeituras, a implementação de programas de assentamento de famílias rurais. No município de Bonito já existem três assentamentos do movimento Sem Terra, sendo dois legalizados e um em processo de negociação, que poderão aumentar, pois, a FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura deflagrou uma campanha, com o apoio dos sindicatos e entidades de apoio aos trabalhadores, reivindicando áreas endividadas para fins de assentamento.

Além disso pode-se envidar esforços objetivando fazer com que programas oficiais como o Produzir, FNE, Comunidade Solidária e, mais recentemente, o Pronaf cheguem até os municípios e atendam efetivamente, as necessidades da sua clientela.

A constatação de que os insuficientes recursos do Fundo de Participação dos Municípios, em 1995, representaram 89% das transferências intergovernamentais recebidas pelas prefeituras da Chapada Diamantina, fez com que alguns prefeitos na busca de geração de receitas próprias

passassem a reativar tributos não cobrados anteriormente - para não contrariar interesses do eleitorado - e a tomar, ainda que timidamente, algumas medidas concretas para a realização de parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais.

Enfim, é necessário que sejam criadas políticas públicas não só visando o desenvolvimento da agropecuária e do turismo regional mas também objetivando a manutenção da população na região e a preservação do meio ambiente, sem o que não se obterá o mínimo de sustentabilidade para o desenvolvimento regional.

** Francisco E. M. Brito é Mestre em Sociologia e professor da área de concentração em Política e Desenvolvimento Rural do Mestrado em Agronomia da UFBA e técnico da CAR.*

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, Francisco E.M.
(1995) *Modernização, Agrotóxicos e Emergência do Paradigma Ecológico*. Trabalho apresentado no VII Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste. João Pessoa, maio.
- BRITO, Francisco E.M.
(1996) *Planejamento, Meio Ambiente e Região: O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Chapada Diamantina*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional da AIPSA, Campina grande.
- DUQUÉ, Ghislaine; COHEN, Marianne
(1993-1994) *Sistemas de Produção e Meio Ambiente*, in: *Ralzes*, nº 9, Campina Grande, UFPB, pp.38-48.
- PAZ, Raul J.
(1994) *A Riqueza das Regiões: As Fontes da Prosperidade Regional*. Série CARTADA CPE 30/94. Salvador, Centro de Projetos e Estudos.
- SACHS, Ignacy.
(1986) *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo, Vértice.
- SOUZA, Guaraci A. Alves de.
(1982) "Transformações sócio-econômicas e tendências da urbanização na Bacia do Paraguaçu". In: *População, educação e emprego*. Salvador, C.R.H./UFBA, V. 2, pp. 14-48.

ESTUDIOS MIGRATORIOS LATINOAMERICANOS

Revista Cuatrimestral del CEMLA/Bs.As.

Nº32 ABRIL/96 AÑO 11

ARTICULOS

Inmigración española y participación política en Uruguay
Carlos Zubillaga

Inmigración y redes comerciales: Un estudio de caso sobre los catalanes de Buenos Aires a comienzos de siglo
Alejandro Fernandez

La Hora de la Confraternidad: Los inmigrantes y la Argentina en conflicto, 1895-1901
Lilia Ana Bertoni

'Buenos Vecinos': Integración social de los vascos en Tandil, 1840-1880
Marcelino Iriani

Articulación interétnica en medio urbano: judíos y coreanos en Buenos Aires
Mirta Bialogorski e Daniel Bargman

Entre el monte y las cosechas: migraciones estacionales y retención de fuerza de trabajo entre los tobas del oeste de Formosa (Argentina)
Gaston Gordillo

Dirección:

Independencia, 20
1099 - Buenos Aires / Argentina
T.E.: 342.6749 / 334.7717 - Telefax: (0054 1) 331.0832
E-Mail: cemla@ibm.net